

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

O papel da influência social informativa na codificação de desinformação

Inês Moutinho Pinheiro

Mestrado em Ciências em Emoções

Orientadoras:

Magda Saraiva, Investigadora
Centro de Investigação e de Intervenção Social
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Margarida Vaz Garrido, Professora Associada
Departamento de Psicologia Social e das Organizações
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2021



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

O papel da influência social informativa na codificação de desinformação

Inês Moutinho Pinheiro

Mestrado em Ciências em Emoções

Orientadoras:

Magda Saraiva, Investigadora
Centro de Investigação e de Intervenção Social
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Margarida Vaz Garrido, Professora Associada
Departamento de Psicologia Social e das Organizações
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2021

Agradecimentos

A presente dissertação de mestrado não poderia ter sido concluída sem o apoio de algumas pessoas.

Em primeiro lugar, agradecer aos meus pais (Cristina e Artur) e irmã (Leonor) que me possibilitaram a participação neste mestrado, não só a nível financeiro, como pelo apoio e força que me deram ao longo da conclusão do mesmo.

Agradecer também às minhas colegas de mestrado em Ciências em Emoções, a quem hoje posso chamar de amigas, que nunca me deixaram desistir, e foram sempre um grande apoio na conclusão desta etapa.

Agradecer ao meu tio Paulo, que despendeu de algumas das suas horas de lazer para me ajudar a relembrar os meus conhecimentos de estatística para que conseguisse analisar e interpretar os resultados obtidos neste estudo.

Gostaria de agradecer às minhas orientadoras, as professoras Magda Saraiva e Margarida Garrido que me acompanharam ao longo deste processo de escrita e sempre se mostraram disponíveis no esclarecimento das dúvidas que foram surgindo com a maior brevidade possível.

Por fim agradecer à minha chefia Vera, que me dispensou sempre que precisei de tempo para me dedicar à escrita desta dissertação e aos meus amigos pelo apoio que sempre me deram.

Resumo

A memória é uma atividade social. No entanto, os mecanismos sociocognitivos subjacentes à emergência e transmissão da desinformação em contextos de interação social permanecem pouco explorados. Uma das possíveis explicações para o contágio social da memória (i.e., integração de informação falsa na memória, introduzida por uma fonte social) é a influência social.

O presente estudo teve como objetivo explorar o efeito da influência informativa na emergência e transmissão de desinformação numa tarefa de interação social.

Para tal, foi realizado um estudo experimental, no qual após a visualização de um vídeo o participante respondia a um questionário contendo informação correta e desinformação acerca do vídeo, em conjunto com um parceiro (i.e., comparsa não real) que numa condição respondia com elevada confiança e na outra com baixa confiança. Por fim, os participantes eram sujeitos a uma tarefa de evocação livre, na qual deveriam evocar, com o máximo de detalhe possível, a informação que recordavam do vídeo apresentado.

Os resultados revelaram, como esperado, que durante o questionário foi aceite mais informação correta do que desinformação. Os resultados da tarefa de evocação replicaram o efeito da desinformação. Além disso, e tal como esperado, os participantes na condição de elevada confiança recordaram mais desinformação aceite pelo comparsa durante o questionário como sendo verdadeira, do que os participantes da condição de baixa confiança.

Os resultados deste estudo sugerem que a influência informativa exercida por um parceiro de interação social que introduz desinformação, influencia de forma significativa a memória do participante.

Palavras chave: desinformação; interação social; influência social informativa; memória

Códigos de Classificação da APA

2340 Processos Cognitivos

2343 Aprendizagem & Memória

Abstract

Memory is a social activity. However, the socio-cognitive mechanisms underlying the emergence and transmission of misinformation in contexts of social interaction remain underexplored. One possible account for the social contagion of memory (i.e., integration of false information in memory, introduced by a social source) is social influence.

The present study aimed to explore the effect of informative influence on the emergence and transmission of false information in a social interaction task.

To this end, we developed an experimental study. After watching a video, participants answered a questionnaire containing correct and misinformation about the video. This task was completed together with a partner (i.e., a confederate) who, in one condition presented high confidence and in the other low confidence in the answers provided. Finally, participants performed a recall task in which they should describe with as much detail as possible the information presented in the initial video.

The results revealed, as expected, that during the questionnaire, participants accepted more correct information than false. The results from the recall task replicated the misinformation effect. Moreover, as expected, participants in the high confidence condition recalled more false information accepted by the confederate as true during the questionnaire than participants in the low trust condition.

The results from this study suggest that the informative influence exerted by a social interaction partner who introduces misinformation significantly affects participants' memory.

Keywords: misinformation; social interaction; informative social influence; memory

APA Classification Codes

2340 Cognitive Processes

2343 Learning & Memory

Índice

CAPÍTULO 1. Introdução	1
CAPÍTULO 2. Enquadramento Teórico	3
Falsas memórias	3
Paradigma DRM.....	4
Paradigma da desinformação.....	4
Paradigma da Desinformação versus Paradigma DRM	5
Produção de falsas memórias em contexto de interação social.....	6
Contágio Social	9
Processos de influência social	11
Objetivos e hipóteses	12
CAPÍTULO 3. Método	15
Participantes	15
Design.....	15
Materiais	15
Procedimento	16
CAPÍTULO 4. Resultados.....	18
Verificação da manipulação	18
Informação correta e falsa aceite durante o questionário	18
Codificação da informação evocada.....	19
Recordação correta da informação apresentada inicialmente.....	20
Evocação da informação apresentada durante o questionário	20
CAPÍTULO 5. Discussão.....	23
Limitações e sugestões para estudos futuros	24
Conclusão	25
Referências.....	27

CAPÍTULO 1.

Introdução

Nos dias que correm a informação é transmitida a um ritmo maior que nunca, proporcionando um contexto favorável à emergência e transmissão de informação falsa. A informação falsa está assim cada vez mais acessível, e é facilmente propagada na interação com os outros, quer seja em grupos (e.g., amigos, familiares ou colegas), através da internet, ou das redes sociais.

A emergência e consequente propagação de informação falsa tem sido amplamente estudada em tarefas de memória individual. No entanto, a memória não é um processo exclusivamente individual, e opera frequentemente no âmbito de atividades sociais (Garrido et al., 2012a, 2012b). Adicionalmente, sabemos que o nosso comportamento se altera em consequência da interação, direta ou indireta, com os outros (Deutsch & Gerard, 1955). Estes processos de influência social não alteram apenas o comportamento, mas também as nossas crenças, ideias e até mesmo a nossa memória (Garcia-Marques et al., 2012). Não obstante a reconhecida natureza social da memória, existem ainda poucos estudos que tenham explorado a produção de falsas memórias em contextos de interação social. Além disso, os poucos estudos existentes neste contexto, apresentam resultados mistos (Saraiva et al., 2020).

Desta forma, torna-se importante aprofundar o impacto da influência social informativa na emergência e transmissão de informação falsa em contextos de interação social. Este é o objetivo central desta dissertação. Para tal, recorreremos ao paradigma da desinformação (Loftus & Palmer, 1974), tipicamente utilizado para estudar o efeito da desinformação em tarefas de memória individual, que procurámos estender para examinar a emergência deste efeito em contextos de interação social.

Nas seções seguintes começamos por apresentar uma revisão da literatura onde se descreve o conceito de falsas memórias, os principais paradigmas do seu estudo, com especial ênfase no paradigma da desinformação. Apresentam-se ainda alguns estudos sobre os efeitos da interação social na produção de falsas memórias, bem como o papel da influência social informativa neste processo. De seguida, é apresentado um estudo experimental que pretendeu analisar o papel da influência social informativa na emergência e transmissão de desinformação, em contextos de interação social. Por fim, serão discutidos os principais resultados, apresentadas as principais conclusões e ainda algumas limitações do presente estudo, assim como pistas para investigação futura.

CAPÍTULO 2.

Enquadramento Teórico

Falsas memórias

As falsas memórias consistem na recordação de eventos/ informações que nunca aconteceram ou que ocorreram de forma diferente daquela em que são recordados (e.g., Meade & Roediger; 2002; Oliveira et al., 2018). As falsas memórias podem resultar de informação introduzida por outros, e que posteriormente são recordadas como se tivessem sido realmente experienciadas (Gallo, 2006; Loftus, 2005).

O primeiro estudo laboratorial acerca da produção de falsas memórias data de 1894 e foi conduzido por Kirkpatrick. Neste estudo, o autor apresentou oralmente uma lista de palavras comuns aos participantes (e.g., rolo, dedal, faca). De seguida, os participantes eram solicitados a recordar o maior número possível de palavras apresentadas. Os resultados revelaram que os participantes evocavam não só as palavras apresentadas inicialmente, mas também palavras semanticamente relacionadas (e.g., fio, agulha, garfo).

A natureza reconstrutiva da memória e a sua suscetibilidade a processos de distorção voltou a suscitar interesse em meados do século passado. Num dos estudos pioneiros neste contexto, Bartlett (1932/1997) apresentou aos participantes um conto índio norte-americano chamado “*A guerra dos fantasmas*”, uma narrativa (i.e., material complexo e rico em significado) sobre uma cultura e personagens estranhas aos participantes. Num primeiro momento era pedido aos participantes que lessem este conto e que, passados quinze minutos, realizassem uma tarefa de evocação livre, na qual deveriam recordar o máximo de informação possível acerca do conto. Num segundo momento, que podia ocorrer após algumas horas, dias, meses ou anos (conforme a disponibilidade dos participantes), era pedido aos participantes que recordassem novamente o máximo de informação possível acerca do conto inicialmente apresentado. Os resultados deste estudo permitiram observar que alguns participantes omitiam detalhes, enquanto que outros acrescentavam informação nova em ambas as tarefas de recordação. Estes resultados levaram Bartlett a concluir que a recordação é um processo reconstrutivo, guiado por esquemas mentais preexistentes. Bartlett verificou que, apesar de os participantes manterem a estrutura geral da história apresentada, tendiam a acrescentar informação preexistente nos seus esquemas mentais para colmatar falhas na recordação da informação, ou omitir detalhes que eram incongruentes com esses esquemas. Perante informação que não é congruente com os esquemas mentais preexistentes do indivíduo, estes tendem a reinterpretar a informação (em função dos seus esquemas), o que pode distorcer a memória (Oliveira et al., 2018).

Em suma, a memória não é uma gravação exata dos acontecimentos, mas sim recordações individuais que são moldadas e reconstruídas de acordo com estereótipos, crenças, expectativas, entre outros.

A produção de falsas memórias tem sido amplamente estudada com recurso a diferentes procedimentos e paradigmas (Oliveira et al., 2018). Dos vários paradigmas existentes destacam-se o DRM (Roediger & McDermott, 1995) e o da desinformação (Loftus & Palmer, 1974) que apresentaremos nas secções seguintes.

Paradigma DRM

O paradigma DRM (Deese, 1959; Roediger & McDermott, 1995) consiste na apresentação de uma lista de palavras todas elas fortemente associadas semanticamente entre si (e.g., raiva, lixo, fumo, etc.). Adicionalmente, as palavras da lista estão semanticamente associadas a uma outra palavra – item crítico (e.g., sujo) – que nunca é apresentada. Após estudarem a lista de palavras, os participantes são convidados a evocar/reconhecer o máximo de palavras possível das apresentadas inicialmente. Os resultados dos estudos que utilizam este paradigma têm revelado que os participantes recordam o item crítico na mesma proporção que recordam as palavras apresentadas no meio da lista (Roediger & McDermott, 1995). Tal efeito pode ser explicado pela Teoria da ativação/monitorização (Roediger et al., 2001). De acordo com esta teoria a produção de falsas memórias pode ocorrer através de dois processos, sendo eles a ativação do item crítico, durante a fase de codificação e/ou a fase de recordação, ou da falha na monitorização da fonte do item crítico (Gallo & Roediger, 2002). No momento da codificação da lista de palavras apresentada, é ativada uma rede semântica, na qual se inclui o item crítico. No momento da recordação, o item crítico está tão ou mais ativado que as restantes palavras da lista e o participante pode ou não monitorizar a fonte de origem do item crítico. Tal significa que, se o participante não conseguir monitorizar corretamente a fonte de origem do item crítico, é produzida uma falsa memória. Caso esta monitorização seja bem sucedida, o participante rejeita o item crítico como fazendo parte da lista de palavras inicialmente apresentada, evitando assim a produção de falsas memórias.

Um outro paradigma bastante utilizado para estudar as falsas memórias é o paradigma da desinformação desenvolvido por Loftus e Palmer em 1974, que abordamos na secção seguinte.

Paradigma da desinformação

O paradigma da desinformação (Loftus & Palmer, 1974), consiste na distorção da memória para informação e acontecimentos, através da introdução de informação falsa (Loftus & Palmer,

1974). O procedimento deste paradigma consiste geralmente na apresentação de informação (vídeo, imagem), à qual o participante deve prestar o máximo de atenção possível. De seguida, é introduzida informação falsa e/ou enganosa acerca do evento apresentado anteriormente. A informação falsa é introduzida habitualmente através de uma narrativa ou questionário. Por fim, é pedido aos participantes que recordem a informação que lhes foi apresentada inicialmente, através de uma tarefa de evocação livre ou guiada, ou de uma tarefa de reconhecimento.

Os resultados dos estudos que aplicam este paradigma têm revelado que, no momento da recordação, os participantes integram nos seus relatos parte da informação falsa introduzida na segunda fase do estudo. A produção de falsas memórias neste paradigma é “contabilizada” através da quantidade de informação falsa proveniente da fase dois, recordada pelos participantes na tarefa de recordação final (Loftus & Palmer, 1974).

Paradigma da Desinformação versus Paradigma DRM

Enquanto que no paradigma DRM, a produção de falsas memórias é espontânea, uma vez que é gerada através de processos internos de ativação semântica (Otgaar & Candel, 2011), no caso do paradigma da desinformação, a produção de falsas memórias é baseada na sugestão introduzida através da desinformação pós evento, cuja origem é erradamente atribuída ao evento original (e.g., Loftus, 2005; Otgaar et al., 2010). No entanto, ambos os paradigmas partilham a mesma teoria explicativa para a ocorrência das falsas memórias – *source-monitoring framework* (Johnson et al., 1993; Roediger et al., 2001).

Quando falamos de *source-monitoring framework* referimo-nos aos processos cognitivos envolvidos nas atribuições da fonte de origem da informação, experiências, crenças, entre outros. De acordo com esta teoria, os erros de memória derivam de uma falha individual na monitorização da fonte de informação (i.e., item crítico – IC – no DRM, e desinformação no paradigma da desinformação). Os indivíduos atribuem a fonte do IC à lista de palavras original (no DRM) e a desinformação à informação apresentada originalmente (no paradigma da desinformação) e não à fonte da informação falsa (i.e., processos de ativação do IC, questionário, etc.).

A *source-monitoring framework* consiste então nos pensamentos, imagens e sentimentos que são vivenciados como memórias e são atribuídos, pelo recordar/ associar, a fontes específicas de experiências passadas (Lindsay & Johnson, 2000).

Produção de falsas memórias em contexto de interação social

A produção de falsas memórias encontra-se bem estabelecida em tarefas de memória individual. No entanto, a memória é uma atividade cooperativa e social (Garcia-Marques et al., 2012; Garrido et al., 2012a, 2012b; Rajaram & Pereira-Pasarin, 2010). Curiosamente, a emergência e transmissão de informações falsas em contexto de interação social tem sido pouco explorada e os poucos estudos realizados até ao momento apresentam resultados mistos.

A produção de falsas memórias em grupos tem sido essencialmente estudada em tarefas de memória colaborativa, isto é, grupos de duas ou mais pessoas.

À semelhança do que ocorre nas tarefas de memória individual, na maior parte dos estudos de memória colaborativa foi utilizado o paradigma DRM (Saraiva et al., 2017). Por exemplo, num estudo realizado por Basden et al. (1998) com recurso ao paradigma DRM, os resultados revelaram que o grupo colaborativo (i.e., dois ou mais participantes a recordar informação em colaboração) e o grupo nominal (i.e., soma de itens de informação não redundantes recordados individualmente por tantos indivíduos quanto aqueles que constituem o grupo colaborativo; Rajaram & Pereira-Pasarin, 2010) não diferiram significativamente em termos de produção de falsas memórias para o item crítico. Os autores argumentaram que, ouvir outros elementos do grupo a recordar palavras, não aumenta necessariamente a produção de falsas memórias. Num outro estudo também com recurso ao paradigma DRM, Thorley e Dewhurst (2007) verificaram que a produção de falsas memórias foi superior nos grupos colaborativos por comparação com os grupos nominais. Por outro lado, estudos mais recentes têm verificado que os grupos colaborativos produzem menos falsas memórias que os grupos nominais (e.g., Saraiva et al., 2017). No estudo desenvolvido por Saraiva et al. (2017), após visualizarem um conjunto de quatro listas DRM, os participantes eram convidados a evocar individualmente ou em pares colaborativos o máximo de palavras possível. Após uma tarefa distratora eram apresentadas mais quatro listas DRM. No final da apresentação das listas de palavras os participantes eram sujeitos a uma nova tarefa de evocação livre individual (caso na tarefa anterior tivessem realizado uma evocação colaborativa) ou colaborativa (caso na tarefa anterior os participantes tivessem recordado individualmente). Os resultados deste estudo revelaram que a produção de falsas memórias nos grupos colaborativos foi significativamente inferior à dos grupos nominais. Segundo os autores, tal resultado parece refletir um padrão de ativação do item crítico distinto entre a tarefa de evocação colaborativa e individual. Analisando a organização da informação evocada em ambas as tarefas, os autores constataram que, na tarefa de evocação individual, os participantes tendem a organizar a informação evocada por lista (i.e., evocação de um grande

número de palavras da mesma lista), enquanto que na tarefa de evocação colaborativa os participantes alternavam a sua evocação entre listas. Quando um grande número de palavras da mesma lista é recordado, o respetivo item crítico tem maior probabilidade de ser ativado, o que aumenta a produção de falsas memórias (Saraiva et al., 2017). O oposto parece ocorrer na tarefa de evocação individual, pois alternar a evocação entre listas, parece produzir uma menor ativação do item crítico e consequentemente menos falsas memórias.

As diferenças encontradas entre os vários estudos referidos ao nível da produção de falsas memórias em tarefas de memória colaborativa podem dever-se a diferenças metodológicas e procedimentais (e.g., método de evocação, tamanho do grupo colaborativo). No entanto, o paradigma DRM não foi o único a ser utilizado para analisar a produção de falsas memórias em contexto de interação social, sendo que alguns estudos têm utilizado o paradigma da desinformação. À semelhança dos estudos realizados com recurso ao paradigma DRM, também os estudos realizados com o paradigma da desinformação apresentaram resultados mistos.

No estudo desenvolvido por Karns-Wright et al. (2009), era pedido aos participantes que visualizassem um vídeo de um acidente de viação. De seguida era pedido aos participantes que lessem uma narrativa onde, para alguns participantes, era introduzida informação falsa. Para terminar, era solicitado aos participantes que respondessem a algumas questões acerca do vídeo apresentado, individualmente ou em grupo. As questões apresentadas eram de resposta aberta, exigindo aos participantes que evocassem algumas informações na resposta (e.g., No vídeo que visualizou algum dos carros ficou danificado? Em caso afirmativo, descreva o carro e os danos causados). Os resultados deste estudo revelaram que o efeito de desinformação foi inferior para os participantes que responderam ao questionário colaborativamente por comparação com aqueles que realizaram essa tarefa individualmente.

Rivardo e colaboradores (2013) realizaram um estudo com um procedimento semelhante ao de Karns-Wright et al. (2009). Porém, os resultados foram diferentes. Neste estudo, após responderem ao questionário individualmente ou colaborativamente (momento 1), os participantes respondiam novamente ao questionário individualmente imediatamente (momento 2) e após uma semana (momento 3). Os resultados revelaram, tal como esperado, que os participantes que foram expostos à narrativa que continha informação incorreta reportaram mais informação errada por comparação com aqueles que leram a narrativa sem informação falsa. Adicionalmente, verificou-se que no momento 3 os participantes que haviam respondido colaborativamente no momento 1, reportaram mais informação falsa do que aqueles que responderam ao questionário individualmente.

Mais recentemente, Rossi-Arnaud et al. (2020), replicaram os resultados obtidos por Karn Wright et al. (2009). Neste estudo, os participantes visualizaram um vídeo e de seguida, realizaram uma tarefa de evocação individual ou colaborativa. Posteriormente, respondiam (em grupo ou individualmente) a um conjunto de questões, algumas das quais contendo informação falsa. Após um intervalo de retenção de uma hora, ou de uma semana, os participantes realizavam uma tarefa de reconhecimento, individualmente ou em grupo. Os resultados da tarefa de reconhecimento indicaram que os grupos colaborativos produziram menos falsas memórias do que aqueles que realizaram a tarefa de reconhecimento individualmente (Rossi-Arnaud, 2020).

Num estudo recente desenvolvido por Saraiva et al. (2020), os participantes na experiência 1, assistiam a um vídeo de um assalto a um banco seguido de uma tarefa de evocação livre (colaborativa ou individual). Após esta tarefa respondiam a um questionário (individualmente ou colaborativamente) através do qual era introduzida desinformação. Por fim era pedido aos participantes que realizassem uma nova tarefa de evocação, onde deveriam escrever todos os pormenores presentes no vídeo apresentado no início do estudo. Esta tarefa era desempenhada de forma individual ou colaborativa. Os resultados revelaram que os grupos colaborativos tiveram melhor desempenho durante a realização do questionário, aceitando mais informações corretas e rejeitando mais informações falsas. Na tarefa de evocação final, verificou-se também que os grupos colaborativos recordavam menos desinformação, mas também menos informações corretas. Este resultado replicou um efeito conhecido em tarefas de memória colaborativa – inibição colaborativa (Saraiva et al., 2017) e que reflete um desempenho superior dos grupos nominais por comparação com os grupos colaborativos. Para esclarecer o potencial papel da inibição colaborativa na explicação dos resultados observados na evocação final, na experiência 2, a manipulação colaborativa ocorreu apenas durante o questionário e ambas as tarefas de evocação foram individuais. Novamente, os participantes que responderam ao questionário de forma colaborativa aceitaram mais informação correta e rejeitaram mais informação falsa do que aqueles que responderam individualmente. Criticamente, na tarefa de evocação individual subsequente, os participantes que haviam colaborado na realização do questionário, produziram menos falsas memórias e recordaram mais informações corretas do que aqueles que responderam ao questionário individualmente. Estes resultados sugerem que a colaboração durante a codificação da informação reduz a aceitação da desinformação e a sua subsequente recuperação (Saraiva et al., 2020).

Da mesma forma que a desinformação introduzida experimentalmente através de um questionário ou de uma narrativa produz o efeito de desinformação, as fontes sociais podem

também alterar a memória. A influência exercida pelas fontes sociais na produção de falsas memórias em contextos de interação social tem sido examinada através do paradigma do contágio social (e.g., Meade & Roediger, 2002; Roediger et al., 2001) que explicamos na secção seguinte.

Contágio Social

O paradigma do contágio social, inicialmente introduzido por Roediger et al. (2001), combina os pressupostos dos paradigmas da desinformação (Loftus & Palmer, 1974) e da conformidade da memória (Asch, 1956). Este paradigma usa normalmente como materiais de estudo cenas domésticas ou listas de palavras e o seu o procedimento inclui três fases. Na primeira fase os participantes estudam os materiais (e.g., cenas domésticas) durante um determinado período de tempo. Na segunda fase são instruídos a recordar a informação apresentada em colaboração com uma fonte social real ou fictícia (i.e., comparsa) que introduz desinformação. Na terceira fase, o participante recorda a informação individualmente.

Os resultados dos estudos que utilizam este paradigma têm revelado que os participantes tendem a incluir na sua evocação, informação falsa introduzida pela fonte social (Meade & Roediger, 2002).

Antes da realização deste estudo, que deu origem ao conceito de contágio social, alguns estudos já tinham vindo a ser desenvolvidos nesta temática. Binet (1900) é considerado o primeiro investigador a examinar de forma sistemática a conformidade e a influência que as sugestões feitas por outros indivíduos têm no comportamento e na alteração das nossas crenças (Meade & Roediger, 2002). O autor desenvolveu uma tarefa na qual pedia a crianças que observassem várias linhas. De seguida pedia que as crianças identificassem de entre as linhas apresentadas, quais destas eram idênticas. Os resultados revelaram que quando as crianças desenvolviam a tarefa sozinhas eram capazes de fazer esta correspondência. No entanto, quando o autor introduzia uma resposta incorreta de forma propositada, as crianças conformavam-se com a resposta do investigador tomando-a como certa. O mesmo efeito foi observado quando era outra criança a introduzir a resposta errada. Décadas mais tarde Asch (1956), replicou o estudo de Binet, mas com adultos, tendo verificado um padrão de resultados similar ao do estudo de Binet.

Em suma, o efeito de contágio social demonstra que os indivíduos são suscetíveis a incorporar informações incorretas na memória oriundas de fontes sociais (Gabbert et al., 2003; Meade & Roediger, 2002; Roediger et al., 2001; Wright et al., 2000).

Os estudos realizados com recurso ao paradigma do contágio social têm ainda revelado que os participantes são mais suscetíveis a cometer erros de memória quando a desinformação é consistente com a informação do evento original (Maswood & Rajaram, 2018), quando o evento original é apresentado por curtos períodos de tempo (Bergman et al., 2001) e quando os participantes são menos confiantes nas suas capacidades mnésicas (Bergman et al., 2001).

Existem várias teorias explicativas para a ocorrência do contágio social. A mais proeminente é a *source-monitoring framework* (Johnson et al., 1993) já explicada anteriormente.

Em contextos de memória colaborativa, outras teorias explicativas têm também sido avançadas nomeadamente a mudança de critério e o *error pruning*.

Em tarefas de memória colaborativa a recordação de informação pode ocorrer através de dois métodos: vez-à-vez ou discussão livre (e.g., Maswood & Rajaram, 2019). No método vez-à-vez é pedido aos elementos do grupo que evoquem a informação à vez, passando de seguida a evocação a outro elemento do grupo, e assim sucessivamente, até que nenhum dos elementos do grupo consiga evocar mais nenhuma informação. Os participantes são ainda alertados que não é permitido repetir informação que já tenha sido evocada anteriormente, seja pelo próprio, ou por outro elemento do grupo. A tarefa termina quando, ao fim de três tentativas, nenhum elemento do grupo é capaz de recordar mais informação (Saraiva et al., 2017).

No método de discussão livre, é nomeado um elemento do grupo que fica responsável por listar toda a informação recordada pelos elementos do grupo. Neste método não existe tempo limite para que a informação seja recordada, o grupo pode ainda escolher qual a estratégia de recordação que pretende utilizar, não havendo ordem definida para a recordação da informação. A tarefa termina quando os participantes não são capazes de recordar mais informação (Saraiva et al., 2017).

De acordo com as propostas de alguns autores (Maswood & Rajaram, 2019), na recordação colaborativa com o método vez-à-vez, a pressão para recordar informação promove o uso de um critério menos conservador, o que leva a mais erros. Já no método de discussão livre, a pressão é maior, porque a responsabilidade é dividida por todos os elementos do grupo e as consequências sociais de errar são maiores, o que promove a utilização de um critério mais conservador, reduzindo a ocorrência de falsas memórias (Maswood & Rajaram, 2019).

Outra explicação possível - *error pruning* - sugere que a produção de falsas memórias em grupos se encontra dependente do nível de interação existente entre os diferentes elementos do grupo (Maki et al., 2008). Neste sentido, o método de discussão livre permite a discussão da informação entre os vários elementos do grupo, o que garante mais oportunidades de corrigir a

informação. Esta oportunidade de interação promove a identificação e rejeição de erros resultando numa diminuição da produção de falsas memórias (Maki et al., 2008). O método vez-à-vez não oferece estas oportunidades de correção (Maki et al., 2008).

Por fim, outra explicação avançada para a ocorrência do contágio social da memória remete para os processos de influência social normativa e informativa (Toelch & Dolan, 2015).

Processos de influência social

Asch (1951) explorou o papel da influência social no seu paradigma da conformidade. A tarefa de Asch consistia na apresentação de 2 cartões a grupos de indivíduos com 5 a 7 elementos. O primeiro cartão tinha apenas uma linha vertical e o segundo cartão tinha três linhas verticais. De seguida era solicitado aos participantes de cada grupo que indicassem qual das linhas do cartão 2 era igual à linha apresentada no cartão 1. Porém, apenas um dos elementos do grupo era um participante ingénuo, sendo os restantes comparsas do investigador (responsáveis por introduzir informação falsa). O participante era sempre o penúltimo ou último a responder. Esta manipulação permitia compreender se as respostas dos comparsas influenciavam a resposta do participante (McLeod, 2018).

Asch categorizou os resultados dos participantes em quatro grupos diferentes: os participantes “verdadeiramente independentes” (i.e., aqueles que independentemente das respostas do grupo mantiveram a sua opinião, mantendo-se convictos da sua resposta); os “falsos independentes” (i.e., admitiam estar errados e a maioria correta – mas seguiam as instruções do experimentador), os “conformistas a nível preceptivo” (i.e., não eram capazes de identificar incongruências ao longo da experiência, respondiam de acordo com o que tinham visto, independentemente da resposta estar correta ou incorreta); e por fim os “conformistas a nível do julgamento” (i.e., estes afirmavam que as suas respostas não iam de acordo com o que lhes foi apresentado, mas uma vez que esta tinha sido a resposta dada pelos outros, eles é que deveriam estar errados, e como tal, conformavam-se com aquela resposta). Esta última categorização foi, ao contrário do que Asch esperava, a categoria com maior representatividade de respostas conformistas obtidas (Garcia-Marques et al., 2012).

Com este estudo foi possível verificar o papel da influência, uma vez que por conformismo, muitos dos participantes acabavam por alterar as suas convicções.

A distinção dos vários tipos de motivações que podem levar as pessoas a serem influenciadas por outros tem também sido amplamente estudada. Deutsch e Gerard (1955), distinguem entre influência social normativa ou informativa. A influência social normativa resulta da necessidade de um indivíduo ter aprovação social (Deutsch & Gerard, 1955). De

forma a medir o grau de influência social é avaliado o grau de afinidade que o indivíduo sente para com o grupo em causa (Lott & Lott, 1961), a expectativa de interação futura e a forma como o seu conhecimento é percebido pelo resto do grupo (Deutsch & Gerard, 1995). É possível observar processos de influência normativa quando um dos elementos de um grupo altera a sua opinião, crença ou comportamento por querer pertencer a um determinado grupo ou ainda para que seja possível manter a coesão grupal e assim não destoar dos restantes elementos do grupo.

De acordo com Toelch e Dolen (2015), a influência social informativa refere-se a processos interpessoais, que vêm desafiar as crenças de um indivíduo ou que levam a que este mesmo indivíduo adapte o seu comportamento, ou seja, existe uma alteração nas crenças e comportamentos. Esta influência pode ocorrer diretamente através da comunicação com um outro indivíduo, ou após este ser exposto a informação que o leve a comparar-se com terceiros (APA, 2020). A influência social informativa refere-se à integração de novas informações, que são adquiridas no decorrer de uma “discussão” em grupo, onde é possível observar uma alteração no que diz respeito às crenças, atitudes ou comportamento de um dos membros do grupo, por influência dos outros (Deutsch & Gerard, 1955). Ou seja, por vezes as nossas crenças ou opiniões podem ser alteradas com base na opinião dos outros, quer estes sejam indivíduos que fazem parte do nosso círculo familiar ou de amigos, ou mesmo pessoas que não conhecemos, mas que pela forma/convicção com que apresentam o seu ponto de vista nos levam a aceitar uma nova informação.

Este tipo de influência social é particularmente importante, quando um indivíduo não se encontra muito convicto relativamente a uma determinada situação, e procura opinião junto daqueles que lhe são mais próximos, aceitando assim a opinião/ crenças de outros como sendo as do próprio (Turner, 1991).

A literatura anteriormente apresentada sugere que a influência informativa afeta os processos de interação social de forma significativa e que poderá ter um papel importante na produção de falsas memórias em contextos de interação social.

Objetivos e hipóteses

O principal objetivo deste estudo foi examinar o papel da influência informativa no processo de emergência e transmissão de desinformação em contextos de interação social.

Para tal, e utilizando o paradigma da desinformação, a influência informativa foi manipulada com recurso a um comparsa, manifestando diferentes níveis de confiança na sua resposta a informação falsa.

Colocou-se como hipótese que os participantes iriam aceitar mais informação falsa quando esta era aceite por outro elemento do grupo (comparsa) reportando elevados níveis de confiança comparativamente à informação falsa aceite por um comparsa reportando baixos níveis de confiança.

CAPÍTULO 3.

Método

Participantes

A amostra deste estudo foi constituída por 65 participantes (46 do sexo feminino e os restantes do sexo masculino), com idades compreendidas entre os 18 e os 62 anos ($M = 30.16$; $DP = 12.08$). Metade dos participantes ($n=32$) desempenharam a tarefa na condição “elevada confiança” e os restantes ($n=33$) na condição “baixa confiança”. A participação no estudo foi voluntária e para compensar e agradecer a participação, no final do estudo foi sorteado um voucher comercial no valor de 50€.

Design

O estudo é do tipo experimental, com um design inter-participantes (condição: elevada confiança vs. baixa confiança). As variáveis dependentes foram as respostas corretas e incorretas ao questionário, e a proporção de informação falsa e correta evocada na tarefa de memória final.

Materiais

Neste estudo foi utilizado um vídeo (Herrington, 2002) sem som, e com uma duração aproximada de quatro minutos, onde era possível assistir a um assalto não violento a um banco. Foi também utilizado um questionário adaptado de Luna e Migueles (2008; 2009), com 24 perguntas, sendo 16 verdadeiras e 8 falsas. As questões verdadeiras correspondiam a informação apresentada inicialmente no vídeo (e.g., *O ladrão saiu do carro com a arma na mão*) enquanto que as falsas correspondiam a informação que era adicionada de forma propositada e que não constava no vídeo visualizado inicialmente (e.g., *“O ladrão fechou a porta do banco para que ninguém entrasse”*). Além de indicar, para cada questão, se esta era verdadeira ou falsa (verdadeiro - caso a informação estivesse presente no vídeo; falso – caso a informação apresentada não estivesse presente), o participante tinha ainda que indicar a confiança na sua resposta, numa escala do tipo *likert* com 5 pontos (1= “nenhuma confiança” a 5 = “total confiança”).

Como verificação da manipulação de confiança, os participantes tinham ainda que avaliar o comparsa numa escala de *likert*, com 7 pontos, nos seguintes itens: mérito (1 – baixo mérito; 7- elevado mérito), confiança (1 -pouco confiante; 7- muito confiante), memória (1 -fraca memória; 7 – excelente memória), competência (1 – pouco competente; 7 – muito competente), estatuto (1 – baixo estatuto; 7 – elevado estatuto), proximidade (1 – pouco caloroso; 7 – muito

caloroso), prestígio (1 – pouco prestigiado; 7 – muito prestigiado) e por fim reputação (1 – fraca reputação; 7 – elevada reputação). Este exercício tinha como objetivo testar se os participantes se tinham deixado ou não manipular pelo parceiro quer na condição de alta como na de baixa confiança.

Procedimento

O estudo foi conduzido de acordo com as normas éticas vigentes no Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Devido à situação de pandemia, o paradigma foi desenvolvido utilizando grupos virtuais com recurso ao software Qualtrics. O link para a realização do estudo foi divulgado através das redes sociais e redes de contacto informais.

A experiência iniciava-se com a apresentação do consentimento informado, que incluía informações sobre o estudo (e.g., objetivo, duração). Aos participantes era referido que o objetivo do estudo era “*Analisar de que forma as pessoas avaliam informação transmitida em contexto de interação social na modalidade online*”, sem qualquer referência a falsas memórias. Os participantes eram informados que iriam desempenhar a tarefa em colaboração com outro participante. Para reforçar a credibilidade da natureza colaborativa da tarefa, seguia-se um período de espera de suposto emparelhamento com outro participante. Passado alguns segundos, o participante era informado que o sistema havia encontrado outro participante. Neste momento, os participantes eram aleatoriamente distribuídos por uma das duas condições experimentais (i.e., confiança elevada ou confiança baixa). Os participantes eram sempre emparelhados com um comparsa do mesmo sexo evitando-se assim eventuais efeitos de influência social devido ao sexo do comparsa. O participante ingénuo recebia também informação acerca do sexo do comparsa.

De seguida os participantes eram convidados a assistir ao vídeo ao qual deviam prestar o máximo de atenção possível (detalhes, pormenores, qualquer tipo de informação).

Seguia-se uma tarefa distratora, com a duração de dois minutos. Esta tarefa consistia na apresentação aleatória de dígitos, entre 1 e 9, devendo o participante indicar, para cada um deles, se estes eram pares ou ímpares, clicando na tecla correspondente.

De seguida, os participantes respondiam a um questionário sobre o vídeo apresentado anteriormente, alegadamente em colaboração com o outro participante. O participante respondia a 12 das 24 questões apresentadas (4 falsas e 8 verdadeiras). O comparsa respondia ao mesmo número de questões sendo que a todas as questões falsas respondia como “verdadeira”, a 4 verdadeiras como “verdadeira” e a 4 verdadeiras como “falsa”. Depois de responderem a cada uma das questões, os participantes (e o “comparsa”) deveriam indicar o

grau de confiança que tinham em cada resposta dada. A manipulação da confiança foi realizada através das respostas do comparsa a esta questão. O grau de confiança na resposta reportado pelo comparsa variava entre 1 e 2 na condição de baixa confiança e entre 4 e 5 na condição de elevada confiança. As respostas dadas por este comparsa, que se encontravam previamente programadas, eram visíveis ao participante ao longo de todo o questionário. Para a resposta ao questionário foi utilizado o método vez-à-vez. Para tal, os participantes recebiam a seguinte instrução: *“Para tornar a tarefa mais fácil, cada um de vocês irá responder às questões à vez, ou seja, um de vocês responde a uma questão, e de seguida o outro participante responde a outra questão, e assim sucessivamente. Após uma questão surgir no ecrã acompanhada da indicação “É a sua vez de responder” deve indicar a sua resposta, no fim da qual deve clicar no botão NEXT e aguardar pela próxima questão. A sua resposta aparecerá no ecrã do outro participante. Em outros casos, a questão irá surgir acompanhada da indicação “Aguarde pela resposta do outro participante”. A resposta do outro participante aparecerá no seu ecrã. As perguntas, bem como as respetivas respostas serão visíveis para ambos os participantes. Por baixo de cada afirmação encontra uma escala de 5 pontos para que avalie a sua confiança na resposta que deu, sendo que 1 significa “Nenhuma confiança” na resposta e 5 “Total confiança” na resposta.”*

Após a realização do questionário era indicado ao participante que, a partir daquele momento, as suas respostas deixariam de ser partilhadas com o outro participante. Seguiu-se uma nova tarefa distratora, semelhante à anterior.

Seguidamente, era pedido aos participantes que recordassem individualmente o máximo de informação que visualizaram no vídeo apresentado inicialmente. Para a realização desta tarefa os participantes disponham de 10 minutos. No decorrer destes 10 minutos os participantes deveriam escrever todos os detalhes do vídeo apresentado inicialmente que recordavam, tais como cores, intervenientes, gestos, cenário, objetos, etc.

Após a tarefa de evocação livre, seguiam-se as oito questões de verificação da manipulação através de uma escala *likert* de 7 pontos, como descrito na secção Materiais.

Após esta tarefa o participante foi ainda questionado acerca do sexo do outro participante com quem colaborara, e se durante a experiência alguma vez tinha duvidado da existência do outro participante. Para terminar, era solicitado aos participantes que indicassem o seu email caso pretendessem participar no sorteio do voucher.

No final, agradecia-se aos participantes a sua colaboração no estudo. A experiência teve uma duração aproximada de 30 minutos

CAPÍTULO 4.

Resultados

Verificação da manipulação

De forma a verificar se a manipulação da influência social informativa funcionou, as respostas às 8 medidas apresentadas no bloco das questões de verificação da manipulação (i.e., competência, estatuto, proximidade, prestígio, reputação, mérito, confiança e memória) foram computadas num índice geral ($\alpha = .91$). Um teste- t para amostras independentes, utilizando este índice como variável dependente, revelou diferenças estatisticamente significativas entre as duas condições, $t(63) = 4.74, p < .001$. A avaliação do comparsa por parte dos participantes da condição “elevada confiança” foi superior ($M = 5.09, DP = 0.89$) à dos participantes da condição “baixa confiança” ($M = 3.95, DP = 1.04$). Foram também analisadas as respostas à pergunta “Durante o estudo alguma vez duvidou que o outro participante era real?”. Verificou-se que na condição “elevada confiança” 72% dos participantes duvidaram da existência de outro participante. Um resultado semelhante foi verificado na condição de “baixa confiança”, na qual 85% participantes referiram ter duvidado da existência do parceiro de interação.

Informação correta e falsa aceite durante o questionário

Os acertos dos participantes na resposta ao questionário, foram calculados somando o número de respostas "verdadeiro" às perguntas que correspondiam a informações corretas (i.e., apresentadas no vídeo) e o número de respostas "falso" às perguntas que continham desinformação (i.e., informações que não correspondiam a informações apresentadas no vídeo). De seguida foi calculada a respetiva proporção dividindo o número de acertos de cada participante pelos 12 possíveis. Um teste- t para amostras independentes não revelou diferenças estatisticamente significativas ao nível da proporção de acertos entre os participantes da condição “elevada confiança” ($M = .63, DP = .16$) e os da condição “baixa confiança” ($M = .61, DP = .13$), $t(63) = .449, p = .655$.

Comparámos também a proporção da aceitação de informação correta (i.e., considerar que uma afirmação é verdadeira quando corresponde a informação que foi realmente apresentada no vídeo) e da desinformação (i.e., considerar que uma afirmação é verdadeira quando a informação não corresponde à apresentada no vídeo) nas duas condições experimentais.

Através de uma ANOVA mista 2 (Condição: elevada confiança vs. baixa confiança; inter-participantes) X 2 (Tipo de informação aceite: correta vs. desinformação; intra-participantes) verificou-se um efeito principal significativo do tipo de informação aceite, $F(1,63) = 11.52, p$

= .001, $\eta p^2 = .155$. Comparações planejadas mostraram que a proporção de informação correta aceite no questionário ($M = .73$, $EP = .02$) foi superior à proporção de desinformação aceite ($M = .59$, $EP = .04$).

O efeito principal da condição e o efeito de interação entre o tipo de informação aceite e a condição não foram estatisticamente significativos, $F(1,63) = 0.227$, $p = .635$, $F(1,63) = 0.08$, $p = .783$, respetivamente.

Relativamente à confiança nas respostas ao questionário, foi calculada para cada participante, a média da confiança na aceitação da informação correta e na aceitação da desinformação como sendo verdadeira. Uma ANOVA mista 2 (Condição: elevada confiança vs. baixa confiança; inter-participantes) X 2 (Tipo de informação: correta vs. desinformação; intra-participantes) revelou um efeito principal significativo do tipo de informação, $F(1,57) = 39.09$, $p < .001$, $\eta p^2 = .407$, revelando que independentemente da condição de confiança, os participantes foram significativamente mais confiantes na aceitação de informação correta ($M = 4.04$, $EP = 0.13$) do que na aceitação de desinformação ($M = 3.18$, $EP = 0.08$). O efeito principal da condição foi estatisticamente significativo, $F(1,57) = 9.58$, $p = .003$, revelando que os participantes da condição “elevada confiança” reportaram um grau de confiança significativamente mais elevado ($M = 3.87$, $EP = 0.12$) nas suas respostas do que os participantes na condição “baixa confiança” ($M = 3.34$, $EP = 0.12$). O efeito de interação entre condição e tipo de informação, não foi estatisticamente significativo, $F(1,57) = 0.52$, $p = .474$.

Codificação da informação evocada

Para codificar a informação recordada pelos participantes durante a tarefa de evocação, foi criada uma lista de informação com detalhes relativos ao vídeo visualizado no início do estudo (tal como objetos, cores, intervenientes) da qual resultou uma compilação de 132 unidades de informação (ver Paulo et al., 2015; Saraiva et al., 2020, para procedimentos semelhantes). As unidades de informação corretas recordadas por cada participante foram codificadas com 1. A proporção de recordação correta foi calculada dividindo o número de unidades corretas de informação evocadas por cada participante, pelas 132 possíveis. Para analisar a recordação das informações introduzidas pelo questionário, identificámos o número de unidades de informação correta (máximo de 12) e desinformação (máximo de 8) evocadas e calculamos as respetivas proporções.

Recordação correta da informação apresentada inicialmente

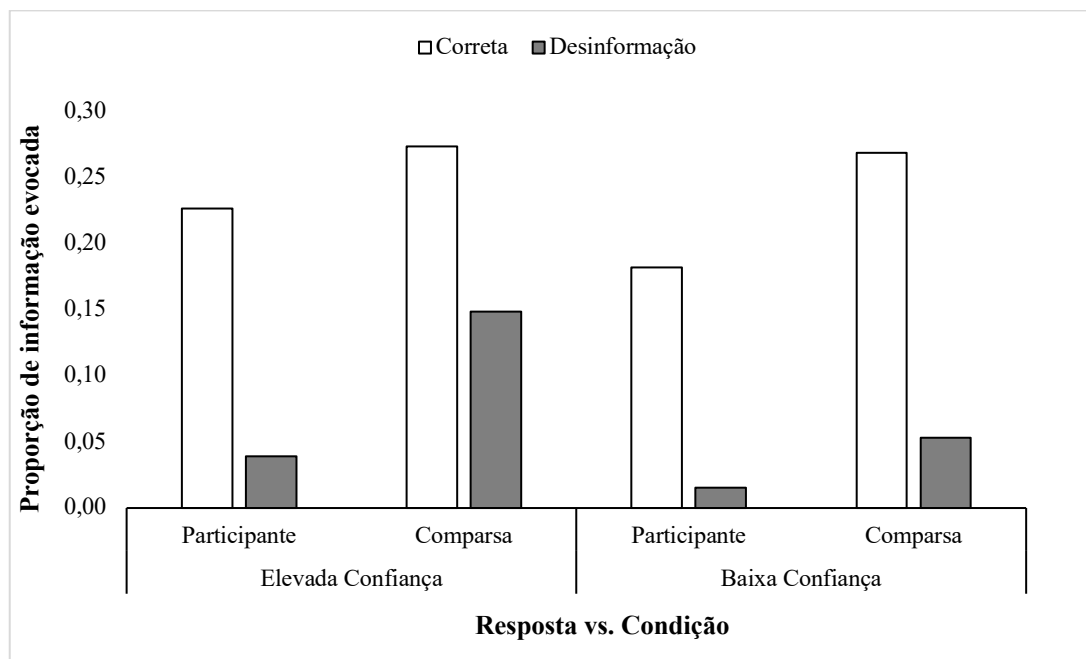
Os participantes recordaram em média, uma proporção de .24 ($DP = .08$) unidades de informação. Um teste- t para amostras independentes não revelou diferenças estatisticamente significativas ao nível da proporção de unidades de informação corretamente recordadas pelos participantes da condição de elevada confiança ($M = .22$, $DP = .08$) e os participantes da condição de baixa confiança ($M = .25$, $DP = .07$), $t(63) = -1.45$, $p = .153$.

Evocação da informação apresentada durante o questionário

Para verificar se existiram diferenças entre condições ao nível da evocação de informação (correta e falsa) proveniente do questionário, respondida pelo comparsa, realizámos uma ANOVA mista 2 (Condição: elevada confiança vs. baixa confiança; inter-participantes) X 2 (Tipo de informação recordada proveniente do questionário: correta vs. desinformação; intra-participantes) X 2 (Resposta¹: comparsa vs. participante; intra-participantes) (Ver Figura 4.1.).

Figura 4.1.

Proporção de informação recordada em função da condição e da resposta no questionário.



¹ Esta variável identifica se a informação que o participante evoca corresponde a uma questão que foi respondida pelo participante ou pelo comparsa durante o questionário.

A Figura 4.1. representa a proporção de informação (correta ou desinformação) recordada na tarefa de evocação, em cada uma das condições, em função de quem respondeu no questionário às questões contendo essa informação.

Verificou-se um efeito principal significativo da condição, $F(1,63) = 5.34, p = .024, \eta p^2 = .078$, isto é, na condição “elevada confiança” foi recordada significativamente mais informação proveniente do questionário ($M = .17, EP = .01$) do que na condição “baixa confiança” ($M = .13, EP = .01$). O efeito principal do tipo de informação também foi estatisticamente significativo, $F(1,63) = 77.59, p < .001, \eta p^2 = .552$, revelando que foi evocada mais informação correta proveniente do questionário ($M = .24, EP = .02$) do que desinformação ($M = .06, EP = .01$). O efeito principal de resposta também foi estatisticamente significativo, $F(1,63) = 19.19, p < .001, \eta p^2 = .233$, revelando que foi recordada mais informação que havia sido respondida pelo comparsa durante o questionário ($M = .19, EP = .01$) do que respondida pelo próprio participante ($M = .12, EP = .01$).

O efeito de interação entre condição e tipo de informação não foi significativo, $F(1,63) = 0.789, p = .378$, assim como o efeito de interação entre condição e resposta, $F(1,63) = 0.237, p = .628$. Considerando que era esperado que a influência do comparsa ao nível da informação recordada (correta e falsa) fosse observada de forma mais acentuada na condição de “elevada confiança” e não obstante o efeito de interação não ter atingido significância estatística, realizámos contrastes planeados para testar a nossa hipótese específica. Estes contrastes não revelaram diferenças entre condições ($M_{ElevadaConfiança} = .13, EP = .02; M_{BaixaConfiança} = .10, EP = .07$) ao nível da informação recordada quando esta foi respondida durante o questionário pelo participante, $t(124.014) = 1.413, p = .16$. Porém, a diferença entre condições foi estatisticamente significativa ao nível da informação evocada que havia sido respondida pelo comparsa durante o questionário, $t(124.014) = 2.057, p = .042$. Desta forma, é possível verificar que, e em linha com o esperado, na condição de “elevada confiança” foi recordada mais informação respondida pelo comparsa durante o questionário ($M = .21, EP = .02$) do que na condição “baixa confiança” ($M = .16, EP = .02$).

Por fim, o efeito de interação entre condição, tipo de informação e resposta não foi significativo, $F(1,63) = 3.47, p = .067$. Não obstante, e para testar a nossa hipótese de que na condição “elevada confiança” a desinformação que o comparsa aceitou como verdadeira durante a resposta ao questionário seria mais recordada do que na condição “baixa confiança” realizámos contrastes planeados. Estes contrastes revelaram que, ao nível da informação correta respondida pelo comparsa durante o questionário e recordada pelo participante na tarefa de evocação final, não existiram diferenças significativas entre condições ($M_{ElevadaConfiança} = .27,$

$EP = .03$; $M_{\text{BaixaConfiança}} = .27$, $EP = .03$), $t(241.091) = 0.13$, $p = .897$. Relativamente à desinformação evocada, a diferença entre condições foi estatisticamente significativa, $t(241.091) = 0.13$, $p = .006$. Tal como esperado, verificou-se que na condição “elevada confiança” ($M = .15$, $EP = .03$) os participantes recordaram mais informação falsa que foi aceite pelo comparsa durante o questionário do que na condição “baixa confiança” ($M = .05$, $EP = .03$).

CAPÍTULO 5.

Discussão

Uma vez que os poucos estudos realizados sobre a emergência e transmissão de desinformação em contextos de interação social apresentam resultados mistos, o principal objetivo deste estudo foi analisar o papel da influência social informativa na emergência e transmissão da desinformação em contexto de interação social, com recurso ao paradigma da desinformação.

Observando os resultados obtidos na tarefa de verificação da manipulação, conseguimos perceber que, apesar de grande parte dos participantes (quer na condição de elevada como de baixa confiança) terem reportado duvidar da existência do parceiro de interação, isto não os impediu de avaliarem o comparsa como mais ou menos confiante, de acordo com manipulação experimental.

Ao analisarmos os resultados do questionário, nomeadamente no que diz respeito à aceitação da informação correta e falsa, foi possível verificar que a informação correta (do vídeo apresentado no início da tarefa) foi superior à aceitação de desinformação. Adicionalmente, verificou-se que o grau de confiança dos participantes foi significativamente superior na aceitação da informação correta do que na aceitação da desinformação. Tal resultado pode dever-se ao facto de, perante questões que contêm desinformação, os participantes terem mais dificuldade em identificar a fonte de origem dessa informação e reportarem um grau de confiança inferior na sua resposta, por comparação com as afirmações verdadeiras.

Ainda ao nível da confiança, constatou-se que os participantes na condição de elevada confiança reportaram maior grau de confiança nas suas respostas do que os da outra condição. Este resultado parece sugerir que a confiança nas respostas dos participantes é influenciada pela confiança reportada pelo comparsa.

Relativamente à tarefa de evocação, foi possível verificar que tanto na condição de elevada como de baixa confiança, os participantes recordaram, tal como esperado, mais informação verdadeira do que falsa. No entanto, os participantes integraram na sua memória alguma da desinformação introduzida no questionário, replicando assim o efeito da desinformação.

Observou-se, também, que na condição de elevada confiança foi recordada mais informação (correta e falsa) proveniente do questionário em comparação com a condição de baixa confiança. Criticamente, na condição de elevada confiança foi recordada mais informação presente em questões respondidas pelo comparsa durante o questionário, particularmente daquelas contendo desinformação. Ou seja, os participantes da condição de elevada confiança recordaram mais informação falsa (que foi respondida pelo comparsa no questionário) do que

os participantes da condição de baixa confiança. Tal padrão de resultados parece refletir o impacto da influência social informativa na memória dos participantes.

Não obstante de os resultados corroborarem as nossas hipóteses, algumas das interações de interesse não atingiram a significância estatística, o que leva a que alguns resultados tenham que ser interpretados com algum cuidado.

Limitações e sugestões para estudos futuros

O presente estudo apresentou, no entanto, algumas limitações. A primeira refere-se ao tamanho da amostra. Apenas conseguimos recolher 65 respostas válidas uma vez que grande parte dos participantes que iniciou a tarefa desistiu no momento da tarefa de evocação. Este número reduzido de participantes pode ter originado alguma falta de poder estatístico pelo que as principais conclusões devem ser encaradas com alguma cautela. Em estudos futuros a dimensão da amostra deverá ser maior, e estabelecida com base em ferramentas estatísticas disponíveis para este efeito.

Atendendo ao contexto de pandemia que vivemos, considerámos que o estudo só seria viável se fosse realizado online. Esta opção constitui uma limitação, uma vez que estudos realizados anteriormente foram sempre realizados presencialmente e no qual o parceiro de interação estava presente, pelo que dificilmente o participante duvida da existência do mesmo. Além disso, a dinâmica colaborativa num estudo presencial, mesmo que com recurso a um comparsa, será certamente diferente da gerada num grupo virtual. No futuro, seria interessante replicar o presente estudo no laboratório com recurso a um comparsa real.

Seria ainda interessante, à semelhança de outros estudos (e.g., Saraiva et al., 2020), que este estudo fosse realizado com recurso a uma tarefa de evocação colaborativa, ou seja, ao invés de a colaboração ocorrer na fase de codificação da desinformação, poderia ocorrer na fase de evocação. Desta forma a desinformação seria introduzida pelo parceiro de interação na fase de evocação, permitindo analisar o papel da influência social informativa durante a recuperação da informação.

Adicionalmente, o presente estudo poderia ser replicado introduzindo uma nova condição, na qual o comparsa reporta um grau de confiança médio e constante (e.g., 3 numa escala de 1 a 5) nas suas respostas quer às questões contendo informação correta quer às que contêm desinformação. Esta condição de controlo permitiria compreender se o padrão de resultados obtido neste estudo se deve ao facto de a elevada confiança do comparsa na aceitação da informação falsa aumenta a sua recordação pelo participante ou se, ao invés, a baixa confiança do comparsa diminui a recordação da desinformação por parte do participante.

Conclusão

Esta dissertação de mestrado assumiu como objetivo examinar o papel da influência informativa no processo de emergência e transmissão de desinformação em contexto de interação social.

Para tal, foi elaborado um estudo experimental realizado online com o intuito de perceber se os participantes iriam aceitar maior quantidade de informação falsa quando o comparsa apresenta níveis de confiança mais elevado nas suas respostas.

Os resultados confirmam a nossa hipótese inicial de que a influência informativa exercida por um parceiro de interação social que aceita informação falsa (particularmente quando exhibe elevada confiança nas suas respostas), leva a que o participante recorde mais informação falsa numa fase subsequente.

Referências

- APA (2020). Informational influence. In *APA Dictionary of Psychology*.
<https://dictionary.apa.org/informational-influence>
- Basden, B. H., Basden, D. R., & Henry, S. (2000). Costs and benefits of collaborative remembering. *Applied Cognitive Psychology, 14*(6), 497–507.
[https://doi.org/10.1002/1099-0720\(200011/12\)14:6<497::aid-acp665>3.0.co;2-4](https://doi.org/10.1002/1099-0720(200011/12)14:6<497::aid-acp665>3.0.co;2-4)
- Deese, J. (1959). Influence of inter-item associative strength upon immediate free recall. *Psychological Reports, 5*(3), 305–312. <https://doi.org/10.2466/pr0.1959.5.3.305>
- Deutsch, M. & Gerard, H. B. (1955). A study of normative and informational social influences upon individual judgment. *The Journal of Abnormal and Social Psychology, 51*(3), 629.
<https://doi.org/10.1037/h0046408>
- Gallo, D. A., & Roediger, III, H. L. (2002). Variability among word lists in eliciting memory illusions: evidence for associative activation and monitoring. *Journal of Memory and Language, 47*(3), 469–497. [https://doi.org/10.1016/s0749-596x\(02\)00013-x](https://doi.org/10.1016/s0749-596x(02)00013-x)
- Gallo, D. A. (2006). *Associative illusions of memory: False memory research in DRM and related tasks* (1st ed.). Psychology Press. <https://doi.org/10.4324/9780203782934>
- Gabbert, F., Memon, A., & Allan, K. (2003). Memory conformity: can eyewitnesses influence each other's memories for an event? *Applied Cognitive Psychology, 17*(5), 533–543. <https://doi.org/10.1002/acp.885>
- Garcia-Marques, L., Ferreira, M. B., & Garrido, M. V. (2012). Processo de influência social. In J. Vala & M. B. Monteiro (eds.). *Psicologia Social* (pp. 227-292). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Garcia-Marques, L., Garrido, M. V., Hamilton, D. L., & Ferreira, M. B. (2012). Effects of correspondence between encoding and retrieval organization in social memory. *Journal of Experimental Social Psychology, 48*(1), 200–206.
<https://doi.org/10.1016/j.jesp.2011.06.017>
- Garrido, M., Garcia-Marques, L., & Hamilton, D. L. (2012a). Enhancing the comparability between part-list cueing and collaborative recall. *Experimental Psychology, 59*(4), 199–205. <https://doi.org/10.1027/1618-3169/a000144>
- Garrido, M., Garcia-Marques, L., & Hamilton, D. L. (2012b). Hard to recall but easy to judge: Retrieval strategies in social information processing. *Social Cognition, 30*(1), 56–70.
<https://doi.org/10.1521/soco.2012.30.1.56>
- Herrington, R. (Director) (2002). *The stickup*. Universal Pictures Video.

- Johnson, M. K., & Raye, C. L. (1981). Reality monitoring. *Psychological Review*, *88*(1), 67–85. <https://doi.org/10.1037/0033-295x.88.1.67>
- Johnson, M. K., Hashtroudi, S., & Lindsay, D. S. (1993). Source monitoring. *Psychological Bulletin*, *114*(1), 3–28. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.114.1.3>
- Kirkpatrick, E.A. (1894). An experimental study of memory. *Psychological Review*, *1*(6), 602–609. <https://doi.org/10.1037/h0068244>
- Lindsay, D. S., & Johnson, M. K. (2000). False memories and the source monitoring framework. *Learning and Individual Differences*, *12*(2), 145–161. [https://doi.org/10.1016/s1041-6080\(01\)00035-8](https://doi.org/10.1016/s1041-6080(01)00035-8)
- Loftus, E. (2005). Planting misinformation in the human mind: A 30-year investigation of the malleability of memory. *Learning & Memory*, *12*, 361–366. <https://doi.org/10.1101/lm.94705>
- Loftus, E. & Palmer, J.(1974). Reconstruction of automobile destruction: An example of the interaction between language and memory. *Journal of Verbal Learning Verbal Behavior*, *13*, 585–589. [https://doi.org/10.1016/S0022-5371\(74\)80011-3](https://doi.org/10.1016/S0022-5371(74)80011-3)
- Lott, A. J., & Lott, B. E. (1961). Group cohesiveness, communication level, and conformity. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, *62*(2), 408–412. <https://doi.org/10.1037/h0041109>
- Luna, K., & Migueles, M. (2008). Typicality and misinformation: Two sources of distortion. *Psicológica*, *29*(2), 171–187.
- Luna, K., & Migueles, M. (2009). Acceptance and confidence of central and peripheral misinformation. *The Spanish Journal of Psychology*, *12*(2), 405–413. <https://doi.org/10.1017/s1138741600001797>
- Lyle, K. B., Bloise, S. M., & Johnson, M. K. (2006). Age-related binding deficits and the content of false memories. *Psychology and Aging*, *21*(1), 86–95. <https://doi.org/10.1037/0882-7974.21.1.86>
- Maki, R. H., Weigold, A., & Arellano, A. (2008). False memory for associated word lists in individuals and collaborating groups. *Memory & Cognition*, *36*(3), 598–603. <https://doi.org/10.3758/mc.36.3.598>
- Mammarella, N., & Fairfield, B. (2008). Source monitoring: The importance of feature binding at encoding. *European Journal of Cognitive Psychology*, *20*(1), 91–122. <https://doi.org/10.1080/09541440601112522>

- Maswood, R. & Rajaram, S. (2019). Social transmission of false memory in small groups and large networks. *Topics in Cognitive Science*, 11, 687-709. <https://doi.org/10.1111/tops.12348>
- McLeod, S. A. (2018, Dezembro 28). *Solomon Asch – Conformity experiment*. <https://www.simplypsychology.org/asch-conformity.html>
- Meade, M. L., Roediger, H. L. (2002) Explorations in the social contagion of memory. *Memory & Cognition*, 30, 995-1009. <https://doi.org/10.3758/BF03194318>
- Oliveira, H. M., Albuquerque, P. B & Saraiva, M. (2018). The study of false memories: Historical reflection. *Trends in Psychology*, 26(4), 1775-1785. <https://doi.org/10.9788/TP2018.4-03En>
- Otgaar, H., & Candel, I. (2011). Children’s false memories: different false memory paradigms reveal different results. *Psychology, Crime & Law*, 17(6), 513–528. <https://doi.org/10.1080/10683160903373392>
- Otgaar, H., Candel, I., Smeets, T., & Merckelbach, H. (2010). “You didn’t take Lucy’s skirt off”: The effect of misleading information on omissions and commissions in children’s memory reports. *Legal and Criminological Psychology*, 15(2), 229–241. <https://doi.org/10.1348/135532509x471951>
- Paulo, R. M., Albuquerque, P. B., Saraiva, M., & Bull, R. (2015). The enhanced cognitive interview: Testing appropriateness perception, memory capacity and error estimate relation with report quality. *Applied Cognitive Psychology*, 29(4), 536–543. <https://doi.org/10.1002/acp.3132>
- Rajaram, S., & Pereira-Pasarin, L. P. (2010). Collaborative Memory: Cognitive Research and Theory. *Perspectives on Psychological Science*, 5(6), 649–663. <https://doi.org/10.1177/1745691610388763>
- Roediger, H. L., & McDermott, K. B. (1995). Creating false memories: Remembering words not presented in lists. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 21(4), 803–814. <https://doi.org/10.1037/0278-7393.21.4.803>
- Roediger, H. L., Meade, M. L. & Bergman, E.T. (2001) Social Contagion of memory. *Psychonomic Bulletin & Review*, 8, 365-371. <https://doi.org/10.3758/BF03196174>
- Ruci, L., Tomes, J. L., & Zelenski, J. M. (2009). Mood-congruent false memories in the DRM paradigm. *Cognition and Emotion*, 23(6), 1153–1165. <https://doi.org/10.1080/02699930802355420>
- Rossi-Arnaud, C., Spataro, P., Bhatia, D., Doricchi, F., Mastroberardino, S., & Cestari, V. (2020). Long-lasting positive effects of collaborative remembering on false assents to

- misleading questions. *Acta Psychologica*, 203, 102986.
<https://doi.org/10.1016/j.actpsy.2019.102986>
- Saraiva, M., Albuquerque, P. B., & Arantes, J. (2017). Production of false memories in collaborative memory tasks using the DRM paradigm. *Psicologica*, 38(2), 209–229.
- Saraiva, M., Garrido, M. V., & Albuquerque, P. B. (2020). Emergence and transmission of misinformation in the context of social interactions. *Memory & Cognition*, 49, 1-13.
<https://doi.org/10.3758/s13421-020-01081-x>
- Thorley, C., & Dewhurst, S. A. (2007). Collaborative false recall in the DRM procedure: Effects of group size and group pressure. *European Journal of Cognitive Psychology*, 19(6), 867–881. <https://doi.org/10.1080/09541440600872068>
- Toelch, U., & Dolan, R. J. (2015). Informational and normative influences in conformity from a neurocomputational perspective. *Trends in Cognitive Sciences*, 19(10), 579–589.
<https://doi.org/10.1016/j.tics.2015.07.007>
- Turner, J. C. (1991). *Social influence*. Thomson Brooks/Cole Publishing Co.
- Wright, D. B., Self, G., & Justice, C. (2000). Memory conformity: Exploring misinformation effects when presented by another person. *British Journal of Psychology*, 91(2), 189–202.
<https://doi.org/10.1348/000712600161781>